



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2026

(Autoria: Mesa Diretora)

**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL
AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do art. 37 da Constituição Federal, é concedida, com vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2026, referente ao período de 1º de janeiro de 2025 à 31 de dezembro 2025, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis décimos de milésimo por cento), sobre o vencimento dos servidores do Poder Legislativo Municipal vigentes no mês de dezembro de 2025.

Art. 2º. Além do índice de revisão geral, de que trata o art. 1º, é concedido aumento real com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, pela aplicação do percentual de 0,74% (setenta e quatro décimos de milésimo por cento).

Art. 3º. A revisão geral anual e o aumento real de que tratam os arts. 1º e 2º, são extensivos às funções gratificadas, cargos de provimento em comissão, gratificações estabelecidas na legislação municipal e aos servidores contratados de forma emergencial.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias de pessoal civil, constantes do Orçamento Geral do Poder Legislativo para o exercício de 2026.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos de forma retroativa a partir de 1º de janeiro de 2026.

PLENÁRIO LARRI BANGEMANN, AOS 19 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

Ver. Cezar Formentini
Presidente

Ver Eider Knapp
1ª Secretário